Revista Espaço Acadêmico - Nº 107 - Abril de 2010
ANO IX - ISSN 1519-6186

Imaginários da ordem e da desordem: os 25 anos do Movimento Sem Terra na perspectiva da Revista *Veja*

Marcos Paulo Campos*

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar a produção de um imaginário sociodiscursivo a respeito dos 25 anos de atuação do Movimento Sem Terra (MST) por parte da revista *Veja*. Para tanto, a análise põe em foco a reportagem alusiva ao aniversário do Movimento publicada na edição 2097 do periódico. A interpretação aqui trabalhada inscreve-se numa articulação de referenciais analíticos advindos da teoria de análise do discurso e da produção sociológica que trata dos movimentos sociais, especialmente, a relação desses com a grande mídia. Os trabalhos de Maria da Glória Gohn, Porto-Gonçalves e Eduardo Souza são leituras constitutivas da perspectiva sobre os movimentos sociais assumida no texto, bem como, a elaboração de Patrick Charaudeau sobre os imaginários sociais construídos pela prática discursiva contida em sua obra intitulada "Discurso Político" (2006). A análise feita neste trabalho aponta para a mobilização de estratégias discursivas, por parte da revista *Veja*, que localiza o MST como elemento central do imaginário da desordem no mundo rural.

Palavras-chave: MST, revista *'Veja'* e imaginários sociodiscursivos

Veja, edição 2097, 28 de janeiro de 2010

Movimentos sociais e grande mídia

O processo de redemocratização política do Brasil, a partir de 1985, é permeado pelo surgimento e afirmação de novos atores no campo político. Dentre esses, destacam-se os movimentos sociais entendidos por "ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas" (GOHN, 2004, p.13). Além de caracterizar uma particularidade da política brasileira pós experiência ditatorial (1964-1985), os movimentos sociais despertam interesse nas ciências humanas. Alain Touraine (2006) defende a interpretação dos movimentos sociais como "um estudo claramente definido pela busca de sentido de certas ações, isto é, do sentido atribuído por certos atores à sua ação" (p.20). A produção acadêmica sobre essas ações coletivas assume diversas perspectivas (estudos culturais, identitários, políticos), dialoga com variados referenciais analíticos e atravessa momentos de maior e menor visibilidade e interesse.

Segundo Barreira (2009), a pesquisa sobre movimentos sociais na sociologia brasileira constitui uma tradição. Nesse sentido, a autora aponta que os conflitos fabris e as lutas de trabalhadores rurais foram os primeiros objetos colocados em questão pelos pesquisadores. Posteriormente, as demandas por direitos sociais e bens de consumo coletivo empunhadas pelas ações de moradores da periferia urbana, as mobilizações em defesa do meio ambiente e, por último, as estratégias de luta e organização do Movimento Sem Terra assumem centralidade no interesse sociológico. Sustenta Barreira que o estudo dos movimentos sociais "apontou a sociedade brasileira em sua feição dinâmica, movida pela presença de atores sociais também designados como 'sujeitos coletivos'. Indicou também formas de renovação do pensamento teórico (...) amparadas nas articulações entre cultura e política" (idem, p. 2). Os estudos recentes sobre os movimentos sociais enfocam a proposta contemporânea de atuação em redes, as relações entre os movimentos e demais atores da sociedade civil organizada (ONGs, fóruns...) e as articulações globais nas quais se destaca o Fórum Social Mundial.

Há também estudos retrospectivos sobre a memória dos movimentos sociais, discussões sobre a relação estado/sociedade civil mediada pelas ações coletivas e, como é o caso deste trabalho, estudos a respeito das relações entre movimentos sociais, mídia e comunicação. Esses últimos enfocam questões como a apropriação de estratégias de comunicação por parte dos próprios movimentos, o uso de tecnologias da comunicação para mobilização social e as relações entre os movimentos sociais e a grande mídia, ou seja, "os grandes meios de comunicação de massa, tais como jornais, revistas e televisões abertas de grande circulação e audiência" (Brasil, 2008). Nesse sentido, as análises registram relações de tensão entre a necessidade de dialogar com as grandes mídias como forma de inserção no debate público e a produção de sentido dessas mídias sobre as ações dos movimentos sociais que, por vezes, afastam-se ou opõem-se ao sentido impresso pelas próprias coletividades em foco.

É relevante o debate aqui colocado visto que o espaço público brasileiro encontra-se midiatizado, ou seja, o debate sobre as questões coletivas é feito a partir da mediação das grandes mídias sendo as mesmas uma condição da discussão pública e da formação da opinião dos cidadãos. O caso específico da relação do MST com a grande mídia é descrito por Gohn nos seguintes termos:

> "os espaços comunicativos são estratégicos tanto ao Movimento, para publicizar suas demandas e buscar algum espaço contra-hegemônico, quanto aos opositores, que buscam desqualificá-los e isolá-los da opinião pública ao retratá-los como fonte e origem de violência" (2000, p. 158)

Este trabalho coloca a relação entre o MST e a revista mais vendida do país em questão. Segundo Souza (2004), trata-se de uma relação em que a produção discursiva de *Veja* sobre o Movimento ocorre, "conforme uma estratégia que visa conduzir e formar a opinião do leitor" (p. 139). Vale dizer, que este trabalho corrobora com o autor quando afirma que a direção colocada pela revista para seus leitores faz-se na confecção de sentidos negativos sobre a ação do MST que vão desde a indiferença em relação a suas reivindicações até a classificação de suas ações de contestação como crimes.

O sentido das ações do Movimento deve ser compreendido por meio de sua história e das formas de luta desenvolvidas pelos sem-terra. A isso se dedica a sessão a seguir.

Breve histórico e caracterização do MST

O Movimento Sem Terra surge no contexto da redemocratização e sua formação pode ser compreendida como uma resposta popular, organizada como movimento social, à política de modernização da produção agrícola impetrada pelos militares.

Segundo Porto-Gonçalves (2005), o MST se apresenta como uma síntese criativa de experiências emancipatórias tecidas na história brasileira recente. Sob o regime militar, ocorreram dois processos fundantes do Movimento: a modernização conservadora da agricultura e a aproximação dos elementos da ideologia socialista com a teologia cristã. O primeiro diz respeito ao fenômeno econômico que aprofundou a expropriação dos trabalhadores do campo, não mais necessários à grande lavoura por conta da mecanização das técnicas agrícolas, e produziu a figura do sem terra em larga escala. O segundo corresponde ao conjunto de significados que forjou a organização política do contingente de população rural desocupada pelo latifúndio mecanizado que, por suas próprias características, tinha dificuldade de ser representado pelo movimento sindical. Esse último trata-se da Teologia da Libertação (TdL), uma corrente teológica das igrejas cristãs, de orientação progressista, que fomentou a ação da CPT[1], principal entidade de apoio ao surgimento do MST, no meio rural brasileiro.

Para estabelecer um marco histórico do surgimento do MST, Porto-Gonçalves e Fernandes (2000) apontam o encontro ocorrido em Cascavel – PR no ano de 1984. Participaram deste encontro mais de cem trabalhadores rurais vindos de 13 estados, principalmente do sul, sudeste e centro-oeste. A mobilização foi realizada pela CPT e contou com apoio de bispos e padres católicos ligados à corrente progressista, pastores luteranos, sindicatos de trabalhadores rurais, intelectuais e partidos políticos, sobretudo, o Partido dos Trabalhadores (PT). Vale ressaltar, aquilo que Fernandes considera a *fase de gestação* do MST, ou seja, a ocorrência de diversas lutas e enfrentamentos anteriores ao encontro de Cascavel que mobilizaram contingentes sociais de população sem terra na luta contra o latifúndio antes mesmo da formação do Movimento Sem Terra.

Após três dias de debates, ficou acertado que o MST deveria ser construído pelos próprios trabalhadores sem terra, independentemente da Igreja Católica, dos sindicatos e dos partidos políticos, deveria estar aberto a toda família e ser um movimento de massas. Foram definidos quatro objetivos da luta do Movimento, a saber: 1 lutar pela reforma agrária; 2 Lutar por uma sociedade justa; 3 Lutar pelo fim do capitalismo; e 4 Garantir que a terra seja de quem nela trabalha e dela viva. Desde então, o MST atua na luta pela terra e tem sido o responsável pela retomada da questão agrária no debate público e pela realização da reforma agrária a partir de ocupações e acampamentos. Além disso, o Movimento expandiu sua ação nacionalmente, pois sua presença é percebida em todo o território nacional,

[1] Organismo de ação social da Igreja Católica vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil que atua nas regiões onde há conflitos por terra desde 1975

e constituiu uma estrutura organizativa, ao longo desses vinte anos, que dá suporte à atuação de seus militantes.

No contexto contemporâneo, o MST mantém uma ação de massas - apesar de certo refluxo dessa forma de fazer política no seio da sociedade civil organizada devido ao processo de institucionalização caracterizado pelo surgimento de ONGs e redes sociais – e participa de articulações em escala mundial como a Via Campesina e o Fórum Social Mundial.

Outro elemento importante para compreender o MST é o caráter contestatório de suas ações. A estratégia central de ação política do Movimento é o questionamento da concentração de terra por meio de ocupações de grandes propriedades consideradas improdutivas. Segundo Stédile (1999), coordenador nacional do MST, as ocupações de terra são "a principal forma de pressão de massas que os camponeses têm para, de forma prática, fazer a reforma agrária avançar e terem acesso direto à terra para trabalhar" (p.117). A enorme repercussão das ações do Movimento nos meios de comunicação de massa confirma sua relevância como ator político no cenário nacional. A revista *Veja*, por exemplo, não hesita em apresentar e construir sentidos sobre as ações do MST, por isso faz-se necessária a discussão sobre as características deste importante veículo de comunicação brasileiro para compreender em que bases ele observa o Movimento.

Apontamentos sobre a revista *Veja*

Em setembro de 1968, o primeiro editorial da revista *Veja* delineia a pretensão do periódico em ser a referência informativa de todos os brasileiros, seja porque chegaria a suas mãos em qualquer lugar do país, seja porque seria um semanário de informações gerais. No bojo de outras publicações de sucesso, a Editora Abril, surgida em 1950, lança um periódico semanal com um esquema de distribuição que previa atingir todo o território nacional ao mesmo tempo e claramente inspirado em revistas semanais de informações gerais como a americana 'Newsweek'. Ainda hoje, *Veja* mantém o caráter de revista semanal de informações gerais. A edição sob análise neste artigo contempla, em seu sumário, variados temas, são eles: economia, política, saúde, cultura, livros, questões internacionais, direitos humanos, televisão, celebridades...

Segundo Souza (2004), "*Veja* é a maior revista semanal do país. Sua tiragem oscila entre 1.000.000 e 1.500.000 exemplares por edição" (p. 17). Nesse sentido, foi cumprida a proposta inicial colocada pela editora. Além disso, a revista assume um papel importante no debate público nacional por conta de sua abrangência, mas também porque possui uma linha editorial voltada para formar a opinião do público leitor. O editorial da revista costuma posicionar-se sobre questões públicas e constitui uma orientação de como as tais questões serão tratadas pelo periódico. Por diversas vezes, a revista participou da vida política brasileira denunciando casos de corrupção ou sendo o espaço de expressão da opinião de políticos nacionais, como no caso da entrevista dada por Pedro Collor de Mello, em abril de 1992, na qual o irmão do então presidente da república denunciava um esquema de corrupção no governo federal que viria a causar o *impeachment* do presidente Collor de Mello.

Muitas críticas são levantadas contra *Veja* por sua parcialidade. O jornalista e

economista Luis Nassif, em artigo intitulado "O Caso de *Veja*", chega a afirmar:

> "Gradativamente, o maior semanário brasileiro foi se transformando em um pasquim sem compromisso com o jornalismo, recorrendo a ataques desqualificadores contra quem atravessasse seu caminho, envolvendo-se em guerras comerciais e aceitando que suas páginas e sites abrigassem matérias e colunas do mais puro esgoto jornalístico" (2009, p. 1)

Este texto não se propõe a discutir as críticas à revista, porém a citação de Nassif e a leitura de Eduardo Souza indicam que há uma produção jornalística em *Veja* cuja marca é a construção da notícia a partir do interesse explícito de formação da opinião. Vale dizer que, Souza considera o periódico um espaço de difusão de idéias da elite brasileira para a sustentação pública de uma visão de mundo legitimadora do *status quo*. Um dos indícios mais fortes dessa vinculação da revista com a classe dominante – além de sua linha editorial e de ser propriedade de uma enorme empresa de comunicação – são os patrocinadores de *Veja*. Os anúncios publicitários do periódico compõem-se de grandes conglomerados empresariais de diversos ramos econômicos. Esta breve caracterização da revista *Veja* aponta elementos que serão retomados na próxima sessão em que a produção discursiva da revista sobre o MST é posta em foco.

Os 25 anos do MST na perspectiva da revista *Veja*

A revista *Veja* de 28 de janeiro de 2009 apresenta como reportagem principal a questão do aborto e, na parte superior da própria capa, chama atenção do leitor para uma matéria sobre o MST com o seguinte texto: "MST – 25 anos de crimes e impunidade". A chamada da matéria possibilita identificar o sentido hegemônico da reportagem, ou seja, que as práticas do Movimento configuram-se como um desrespeito à lei ainda não atingido pelas sanções estabelecidas no ordenamento jurídico disponível. É possível compreender que a reportagem também trata de tipificar esses crimes, bem como, elucidar os motivos de sua não punição. Vale dizer, que o editorial da revista segue o mesmo sentido apresentado na capa. "Essa espantosa organização completou na semana passada um quarto de século zombando da lei", diz o editorial. Portanto, nas palavras de Souza (2004), "a revista cria, por meio do vocabulário usado, pressupostos que visam associar o MST à idéia da violência" (p. 137). A reportagem anunciada dispõe de cinco páginas, iniciando pela de número 46.

"O Manual da Guerrilha" é o título atribuído à matéria numa referência a cadernos de anotações de militantes do Movimento, apreendidos pela polícia do Rio Grande do Sul, acessados pela revista. As anotações são apresentadas em destaque à parte do texto de Otávio Cabral, autor da reportagem. O subtítulo da matéria reforça a importância do material apreendido pela polícia como elemento construtor da classificação atribuída aos sem terra, diz "como roubar, fraudar cadastros do governo e até fabricar bombas e trincheiras – está tudo na cartilha secreta do MST apreendida pela polícia". De certa forma, o subtítulo cumpre a função de caracterizar o Movimento como guerrilha visto que o uso corrente deste termo, e também sua definição dicionarizada, diz respeito a ações de grupos armados, com motivação ideológica, em que o confronto direto com o inimigo é substituído por ataques

de surpresa, emboscadas e atentados. Contudo, há também a associação da noção de guerrilha com outras atividades ilegais, como fraudar informações frente ao poder público. Título e subtítulo conjugam a noção de guerrilha - que em si mesma já traz um sentido de ilegalidade - com outros crimes previstos na legislação penal brasileira forjando uma classificação do MST na articulação de sentidos do universo discursivo da marginalidade/ilegalidade.

A caracterização objeto da reportagem é reforçada pelos destaques a trechos do chamado "Manual" apresentados com um tratamento visual onde folhas dos próprios cadernos apreendidos aparecem e são ressaltadas por setas indicativas dos pontos escolhidos pelo jornalista para fortalecer a classificação apresentada no título. Cada trecho ressaltado ora vincula-se à noção de guerrilha ora a outros crimes com previsão legal. Além disso, a reportagem afirma ser o manual uma expressão da existência de um método de atuação do Movimento, algo que retira de suas ações a dimensão espontaneísta ou de 'fato isolado' e evidencia a racionalização das ações dos sem-terra como estratégia de organização, inclusive o entendimento do próprio MST de que seus atos ferem a lei, por isso o adjetivo "secreto" ao caderno apreendido.

A primeira orientação do "Manual", segundo a reportagem, seria para que os sem-terra consumissem tudo que roubaram da propriedade invadida, pois assim afastam a possibilidade de prisão em flagrante delito visto que não seriam pegos com pertences que caracterizariam o furto. Outra questão apontada pela revista diz respeito à presença de armas no acampamento, bem como, um passo-a-passo para a fabricação de bombas com 800 ml de líquido inflamável. Os demais trechos ressaltados dizem respeito à fraude em cadastros, trabalho infantil e centralismo da coordenação do Movimento.

Segundo a revista, há uma orientação do MST para que seus integrantes afirmem que são agricultores, não possuem bens nem renda e que estão há mais de um ano no acampamento. Se interpelados por documentos, os sem-terra devem dizer que a PM roubou, isso para evitar o rastreamento de sua vida criminal. O trabalho infantil seria comprovado pela indicação, presente nos cadernos, de que adolescentes fariam guarda na invasão. Por fim, o centralismo da coordenação evidencia-se num trecho das anotações que trata da liberação/autorização de uma integrante do Movimento para fazer uma cirurgia num hospital distante da invasão. No caso, a coordenação teria liberado a integrante para ficar afastada o menor tempo possível do grupo. Todos os trechos apontados na reportagem tratam de ações juridicamente classificadas como crimes com punições estabelecidas pela legislação penal brasileira. Por isso, faz sentido a afirmação de Gohn quando diz: "o MST passou a ser utilizado, pela mídia, como elemento de geração do medo e da insegurança junto à opinião pública" (2000, p. 158).

O texto elaborado por Otávio Cabral inicia-se na segunda página da reportagem com a descrição de uma fazenda. No caso, a descrição fala de uma paisagem "típica dos pampas gaúchos", diz o autor. A imagem é de um cenário altamente produtivo, inclusive números são apresentados. Cabral afirma que "5.000 hectares eram ocupados por 10.000 bois e 6.000 carneiros". A caracterização aponta para

a alta produtividade do território descrito. Segundo Cabral, além de servir para pastagem de animais, algo que demanda extenso terreno, afirma-se que a fazenda também era aproveitada para a cultura do arroz e da soja. Com esta descrição, a reportagem retira a fazenda da margem estabelecida legalmente para a desapropriação, bem como aponta uma possível contradição do Movimento que justifica suas ocupações por conta da improdutividade das propriedades rurais. Além disso, o relato constrói, para o leitor, uma imagem do "belo" agrário baseado numa paisagem organizada que subjaz uma idéia normativa da vida no meio rural, ou seja, um espaço de ações econômicas primárias, onde tudo está no seu devido lugar, na sua devida função. O próprio texto afirma que o cenário "de tão bucólico, parecia um cartão-postal".

É possível, a partir do exposto, perceber no discurso de *Veja* a construção de dois imaginários sociodiscursivos a respeito do MST. Vale registrar que, os imaginários sociodiscursivos são saberes e representações sociais de diversas ordens que constroem o real como universo de significação (CHARAUDEAU, 2006). Os imaginários constituem-se nas disputas políticas entre discursos por meio da movimentação de crenças e representações informadoras de legitimidades que tem no plano simbólico da sociedade democrática midiatizada seu lugar de reconhecimento.

O discurso em questão opera a partir da construção de imaginários da ordem e da desordem. Nesse sentido, o imaginário de ordem descrito acima constituído pela paisagem do "belo" agrário é confrontado com o imaginário de desordem que se instala na fazenda quando da ação do MST. Segundo o texto, os sem terra "invadiram a propriedade aos gritos". O autor elenca as armas que, segundo ele, estavam sob posse dos militantes do Movimento, eram elas: "foices, facões, estilingues, bombas, rojões, lanças, machados, paus e escudos". É interessante o momento em que o texto articula noções do campo religioso com as imagens de ordem e desordem, diz "os sem terra transformaram a Estância do Céu [nome da propriedade] em um inferno". Em seguida, é apresentada uma sucessão de crimes como saques de alimentos, roubo de telhas, pichações de paredes e até derramamento de fezes pelo chão. Imagens de destruição em franco confronto com o território bucólico que representa a ordem. Cabral afirma que, após quatro dias de permanência dos sem-terra na propriedade, "só sobravam ruínas".

Depois de construídos os imaginários de ordem e desordem, o texto passa a uma discussão sobre o MST. Toda a discussão retoma a discursividade apresentada na reportagem e constrói uma representação do Movimento a partir do imaginário da desordem. Segundo Cabral, a descrição feita sobre a ação na Estância do Céu é "um retrato muito atual do Movimento". Para o autor, o MST deixou de ser um romântico agrupamento invasor de fazendas apenas para pressionar governos a repartir a terra - e que com isso conseguia atrair setores da intelectualidade e da opinião pública – para ser uma organização com estratégias de grupos de guerrilha. Maior "prova" disso seriam as orientações contidas nos cadernos apreendidos pela polícia gaúcha. A reportagem compara os tais cadernos com "O Manual do Guerrilheiro Urbano" de Carlos Marighela que

serviu de instrução para a luta armada contra o regime militar.

Ao discutir as orientações contidas nos cadernos, o autor da reportagem aprofunda e confirma a caracterização trabalhada desde o início do texto. Os cadernos fornecem a Cabral os elementos constituintes do chamado "padrão" das ações criminosas, como diz a reportagem. Na discussão sobre os cadernos, aparece outro elemento: as relações político-partidárias do MST. Há trechos dos cadernos que orientam os militantes do Movimento a entrar em contato com o então deputado federal Adão Pretto, já falecido, ou com o ex-deputado Frei Sérgio, ambos do Partido dos Trabalhadores, em caso de necessidade de apoio político para a invasão. A apresentação desses vínculos políticos utiliza-se da ironia, numa insinuação de certa obviedade da relação MST/PT, diz o texto: "Ganha um barraco de lona preta quem souber o partido da dupla [de deputados]". Quando trata do centralismo no Movimento, o autor chama atenção para certa violência e desumanidade do controle sobre a liberdade individual imposta pelas lideranças do MST aos seus componentes.

A opinião de especialistas também participa na construção da representação do Movimento como organização criminosa. É citado o filósofo brasileiro Denis Rosenfield que compara o Movimento com o narcotráfico, principalmente no sentido da imposição e fiscalização da conduta de seus integrantes. A reportagem, por sua vez, confirma a afirmação do filósofo com números. Cabral diz que dos 800 invasores (como são chamados os integrantes do MST no texto) 168 tinham passagem pela polícia em crimes como furto, roubo e até estupro.

Outro discurso acionado vem de um promotor do Ministério Público gaúcho, representante legítimo do discurso jurídico, que fala do MST como uma reunião de "alguns desvalidos, vários aproveitadores e muitos bandidos". A noção de guerrilha é reafirmada quando a reportagem diz ter sido localizado pela polícia um membro das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), grupo reconhecidamente guerrilheiro, em meio aos sem-terra a pouco tempo. As vozes não jornalísticas articulam-se e corroboram com a argumentação do periódico. Isso converge com a afirmação de Charaudeau sobre as redes contemporâneas de comunicação que colocam no mesmo patamar a opinião do homem ordinário, do especialista, do militante e do político profissional na conformação de uma construção discursiva sobre uma dada realidade (2006, p. 207).

A manutenção da estratégia de guerrilha do MST, segundo o autor, tem relação direta com a sua "eficácia". A reportagem afirma que de tanto terem suas terras invadidas os fazendeiros desistem de manter as propriedades e acabam por vendê-las ao INCRA[2], caso do proprietário da Estância do Céu. "Cansei da batalha. Joguei a toalha" disse o fazendeiro. Situações semelhantes são apresentadas configurando a tal "eficácia". Vale dizer que, os relatos dos fazendeiros que venderam suas propriedades por conta de ações do Movimento Sem Terra são exposições de desordens promovidas pelos sem terra com relatos de incêndios, depredações...

Em seus últimos parágrafos, o texto aprofunda a dimensão das relações político-partidárias do MST. A última página da reportagem traz uma foto de

[2] Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

João Pedro Stédile ladeada por outra foto na qual o presidente Lula aparece cingindo sua cabeça com um boné do Movimento ao mesmo tempo em que abraça uma bola de futebol com o símbolo dos sem terra. A legenda das fotos que preenchem praticamente metade da última folha da reportagem afirma uma aliança entre governo e Movimento Sem Terra baseada na trégua dos ataques ao governo em troca de cargos nos órgãos governamentais que tratam da reforma agrária. No texto, o autor reafirma que o MST vive uma transformação iniciada com o governo Lula, pois passou a não mais agir em colisão frontal com o governo federal. Isso seria fruto de um acordo do Movimento com seus aliados históricos, Lula e o PT, onde os sem terra passam a interferir na política pública de reforma agrária a partir da ocupação de postos de comando do INCRA. A reportagem coloca que vinte das trinta superintendências estaduais do Instituto estariam sendo ocupadas por pessoas ligadas ao MST.

Outra expressão desse acordo seria o aumento das ações do Movimento de confronto com governadores não aliados a Lula, caso dos estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo dirigidos, respectivamente, por Yeda Crusius e José Serra do PSDB. A revista, portanto, promove uma apropriação deslegitimadora do MST de uma característica da ação dos sem terra no contexto governo Lula. Segundo Campos (2008), frente ao governo Lula, o MST assumiu uma postura na qual "as estratégias de confronto, acumuladas ao longo de sua história, passaram a conviver com pactuações na relação com o Estado" (p. 83).

Ao final, Cabral afirma que a opinião pública já percebeu a guinada do MST para a violência no meio rural. Segundo a reportagem, uma pesquisa do Ibope apontou que metade dos entrevistados é contra os sem terra, considerando o Movimento como sinônimo de violência. Assim, *Veja* reforça a validade de sua argumentação na confirmação e ratificação da opinião pública.

Considerações finais

A análise feita neste trabalho aponta para a mobilização de estratégias discursivas, por parte da revista *Veja*, baseadas em saberes de ordem jurídica, religiosa e moral sobre a violência, bem como, no maniqueísmo típico do senso comum na construção de um imaginário sociodiscursivo sobre a ordem e a desordem no mundo rural. A distinção feita pela revista *Veja* localiza o MST como elemento central do imaginário da desordem, uma classificação de implicação pública significativa.

Não seria exagero afirmar que a reportagem da revista *Veja* representa a ação do MST como organização criminosa seja por sua proximidade (teórica e prática) com o que seria uma guerrilha seja pela prática de crimes com previsão legal. Nesse sentido, a atuação do Movimento e suas estratégias de demanda por terra não seriam entendidas no campo interpretativo dos movimentos sociais e sim na produção jurídica sobre as ações que desrespeitam o ordenamento legal e o direito à propriedade privada. É no imaginário da desordem que se localiza o Movimento e no qual se descredibiliza sua luta. Portanto, a ação do MST passa a ser representada fora do campo da política, da luta por direitos, e insere-se no campo da criminalidade com punições previstas juridicamente. Essa representação se constrói em oposição à outra, com sentidos diametralmente opostos, sobre a ordem rural e seus mantenedores, os fazendeiros.

Os imaginários da ordem e da desordem servem como instrumentos de classificação dos sujeitos envolvidos nos conflitos rurais, onde o veículo de comunicação, e não somente quem assina a matéria, assume e produz significados sobre os atores do conflito a partir da associação dos mesmos aos tais imaginários. Este trabalho discute a representação do MST a partir dos imaginários construídos por *Veja*, mas, pela implicação política do conflito em questão e pela própria significação atribuída aos sem terra, o texto provoca uma reflexão sobre a posição política da grande mídia e seu papel na produção da opinião e do debate público.

Referências

BARREIRA, Irlys. *Movimentos Sociais, Cultura e Política: sob o olhar da produção da sociologia brasileira.* 2009 (digitado)

BRASIL, Marcus R. de A. *Mídia, poder e MST: entre o discurso opositivo e os aparelhos de controle social.* In: X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste 12 a 14 de junho de 2008 em São Luís do MA. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2008/resumos/R12-0236-1.html

CAMPOS, Marcos Paulo. *Campo Minado: Governo Lula e o MST*. 2008. 60 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, 2008.

CHARAUDEAU, P. *Discurso Político*. Editora Contexto. São Paulo. 2006. 328 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000. 318p.

_____. ; STÉDILE, João Pedro. *Brava Gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. 3º ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999. 167p.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais na Atualidade: manifestações e categorias analíticas*. In: GOHN, M. G. (Org.). Movimentos Sociais no Início do Século XXI. Antigos e novos atores sociais. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 13-32.

_____. *Mídia, terceiro setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MENDONÇA, Kléber.S. *Estilhaços de Memórias - A ocupação sem-terra como não-lugar de memória*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27. 2004. Porto Alegre. Anais... São Paulo: Intercom, 2004. Disponível em: www.hdl.handle.net/1904/17326. Acesso em: 02/07/2008.

NASSIF, Luis. *O caso de Veja*. 2009. Disponível: www.luis.nassif.googlepages.com

PORTO-GONÇALVES, Carlos Valter. A Nova Questão Agrária e a Reinvenção do Campesinato: o caso do MST. *Revista del Observatório Social de América Latina.* [S.I.], ano IV, n ° 16, p. 23-34, ene. /abr. 2005.

SOUZA, Eduardo Ferreira da Silva. *Do Silêncio à Satanização: o discurso de Veja e o MST*. São Paulo: Annablube, 2004.

TOURAINE, Alain. Na Fronteira dos Movimentos Sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, nº1, p. 17-28, jan/abr. 2006.

* **MARCOS PAULO CAMPOS** é Graduado em Ciências Sociais pela UFC e mestrando em sociologia pela mesma universidade. Pesquisa questões sobre movimentos sociais rurais, em especial o MST.